

# Adeus às armas: revisionismo político e repactuação da soberania nacional



Sob o signo da mudança, que impera em Moçambique, aconteceu a Conferência Nacional sobre Cultura de 12 a 16 de Julho corrente em Maputo. Muita polémica, mas sobretudo, com bastante compreensão, consumou-se um projecto delineado pelo Ministério da Cultura e Juventude e executado por um colectivo de individualidades da arte e cultura moçambicanas que tinha como bastião o edifício sede do ARPAC (Arquivo do Património Cultural) na Baixa de Maputo, capital de Moçambique. [...] sobre cinzas de uma realidade e vivência estraçalhadas pelas vicissitudes e pelos efeitos nefastos quer psicológicos, quer materiais, se ergue nestes momentos de Paz (em evolução) um magnífico projecto de defesa e valorização da Cultura – indicativo primário de soberania e nacionalidade (Tempo, nº 1182, 1993, p. 23).

Em fevereiro de 2018, sentada debaixo de uma grande mangueira em uma das cadeiras de plástico destinada a visitantes, no complexo familiar construído pelo falecido Venâncio Mbande e suas esposas em Guilundo, acompanhada de Horácio Mbande e Venâncio Mbande Jr., conversávamos sobre aspectos gerais das suas *timbila* e sobre o presente e o passado das *timbila* em Zavala. Os irmãos nem sempre concordavam um com outro a respeito das perguntas que volta e meia eu os endereçava, o que tornava o diálogo ainda mais instigante. Em determinado momento, quando começou a cair uma chuva incessante, pergunto se as *timbila* tinham sido

“interrompidas” pela guerra civil que assolara o país<sup>69</sup>. Entramos na casa redonda de caniço que abriga os instrumentos daquele grupo e Horácio logo respondeu: “Na verdade, houve essa interrupção. As pessoas ficavam espalhadas a correr no mato”.

Venâncio reagiu dizendo que alguns continuaram, não houve uma suspensão total. Horácio concordou, mas acrescentou que *ngalanga* teria continuado a ser praticada, apesar da guerra. Venâncio redarguiu: “Mesmo *timbila*. O festival começou em 1994<sup>70</sup>. Eu ainda não participava, mas assisti. O meu pai tocou com aquele grupo do senhor Bernardo. Era antes de ele fundar o grupo, pois ainda estava a trabalhar na África do Sul. Havia lá grupos e com pessoas idosas, e eu acredito que no intervalo de 92 para cá, não teria dado tempo de se criar tantos grupos que fizeram parte do festival”. Horácio não discordou, apenas acrescentou que em 1996 apresentaram-se no festival nove grupos.

Essa conversa expõe um dado importante a ser considerado na trajetória das *timbila*. Se, como apontei no capítulo anterior, diferentemente de outras expressões musicais no período colonial, elas não foram completamente proibidas — tendo sido inclusive promovidas pelo regime português —, nos tempos da guerra elas continuaram a ser praticadas no contexto das minas da África do Sul, o que permitiu sua continuidade em Zavala com o retorno não somente de Venâncio Mbande, mas também de outros timbileiros que viviam no país vizinho. A guerra entre a Frelimo e a Renamo, se considerada com um pouco mais de cuidado analítico, não foi um fator de desagregação de grupos ou de “interrupção” e “desaparecimento” das *timbila*. Com isso não quero dizer que os efeitos do conflito armado em Inhambane não foram nefastos<sup>71</sup>. Aponto somente que a ideia

69 Esse é um comentário bastante comum, ou seja, afirmar que as *timbila* foram “interrompidas” durante a guerra. Ouvi diversas vezes em Maputo, pronunciados na maior parte das vezes por funcionários públicos da área da cultura. Wane (2010) afirma que as *timbila* passaram por um processo de “revitalização” com o fim da guerra e a realização das primeiras eleições presidenciais livres em 1994. O novo regime político, comungando da ideologia de uma sociedade plural que reconhecia a diversidade cultural do país, como aponta o autor, possivelmente teria favorecido a emergência desse cenário.

70 Refere-se ao *M’saho*, festival “criado” pela Amizava (Associação dos Amigos de Zavala), que será foco de análise no capítulo 6.

71 Mourier-Genoud (2018) afirma que a guerra chegou na província de Inhambane em 1981. Em 1983 a situação era catastrófica: acrescida ao aumento vertiginoso da violência contra civis, roubos, estupros e assassinatos, uma terrível seca afetou 83% da província, gerando fome e, consequentemente, ainda mais mortes.

de que a eventual desestruturação ou desaparecimento das *timbila* se deva exclusivamente à guerra civil não resiste a uma análise mais detida.

O grupo ao qual esses meus interlocutores se integram, *Timbila ta Venansi* — ou *Timbila de Guilundo*, ou ainda *banda*, como a ele se referia Horácio frequentemente —, como alguns outros em Zavala atualmente, foram criados após a guerra civil<sup>72</sup>; portanto, no novo contexto de valorização de práticas *tradicionais* e alargamento do discurso público do Estado em relação à preservação dos modos de organização social específicos de cada povo. Em que medida esse cenário contribuiu para a articulação dos *timbileiros* em torno da sua prática e para a criação de novas formas de organização e exibição? Conforme mencionei anteriormente, os ares da independência não foram bom negócio para as *timbila*. A proibição da atuação dos régulos e, conseqüentemente, a derrocada do sistema das autoridades tradicionais, que por décadas havia favorecido a reprodução de grandes agrupamentos de *timbila* no interior dos regulados, certamente desmobilizaram muitos em relação à prática musical, especialmente as que se davam segundo os moldes antigos. Não havendo mais certos estímulos que justificassem a organização de muitos tocadores, dançarinos e, claro, dos instrumentos, os grupos de *timbila* se recriaram, reinventaram-se<sup>73</sup>.

Se as *timbila* vivessem uma ameaça constante, caminhando por essa corda bamba política que volta e meia as retirassem de cena, o que explica a sua inegável vitalidade? Se os régulos, figuras sociais que mantinham as orquestras em pleno funcionamento, encontram-se destituídos de seu poder no pós-independência e se, com a eclosão da guerra civil, as *timbila*

---

72 Aspectos centrados nos grupos de *timbila* serão abordados com mais detalhes no capítulo 5.

73 A ideia que ronda sobre o desaparecimento das *timbila* é muito anterior ao contexto pós-independente ou do período da guerra civil. Em artigo denominado “A Música Chope em vias de extinção”, publicado no jornal *Notícias* em 30 de agosto de 1974, Rita-Ferreira descreve um “festival de folclore chope” realizado durante dois dias em Zavala (Quissico), por iniciativa do administrador do Concelho daquela circunscrição e do Centro de Informação e Turismo. No primeiro dia, aponta que “exibiram-se, perante numeroso público”, as orquestras de *timbila* de Banguzza, Zavala, Canda, Zandamela, Chambula, Quissico, Nhacutou, Guilundo e Mavila. O autor elogia entusiasticamente o evento e sugere que o ocorrido em Quissico deveria ser replicado pelas autoridades administrativas “em benefício da preservação dos valores culturais africanos”. O festival, tal como foi realizado em Zavala, teria que se expandir a outras divisões administrativas onde existissem orquestras de *timbila*, como Inharrime, Homoine e Chibuto. Caso isso não acontecesse, “receamos bem que esteja condenada a irremediável extinção”. Para enfatizar seu ponto, o autor argumenta que a maioria dos músicos eram idosos e nem cuidado tinham com os instrumentos — teclas quebradas podiam ser observadas, juntadas por arames, baquetas cujas borrachas tinham sido substituídas por plástico etc. Os dançarinos também eram todos idosos e não se vestiam mais com polainas produzidas com pele de cabra utilizadas anteriormente.

tivessem sido riscadas do mapa, como geralmente se diz, como entender que no início da década de 1990 elas tenham ressurgido revigorada? “Ah, mas mudou muito, não são as mesmas *timbila*”, lamentam alguns nostálgicos. Certamente muitas mudanças alteraram seu curso, mas afirmar isso é tautológico: não explica o porquê ela ainda existe e muito menos as dinâmicas implicadas nessas mudanças.

Desde a Introdução deste livro venho discutindo a importância de uma análise antropológica sobre as *timbila* que leve fortemente em conta sua trajetória social conjugada à história do envolvimento de instâncias oficiais do Estado moçambicano com as expressões ditas tradicionais. Este capítulo se insere neste esforço. Se, no anterior, o meu foco esteve nas primeiras iniciativas voltadas para a cultura no Moçambique independente, agora meu olhar recai na iniciativa da Frelimo de organizar uma grande conferência com apelo internacional — logístico e contêdístico — cujo ideal era subsidiar a elaboração de uma política cultural. Para tanto, utilizarei como fonte documentos produzidos para subsidiar o evento, como comunicações de especialistas convidados, relatórios dos setores da cultura nas províncias, pautas, calendários e cronogramas, todos encontrados no Setor de Documentação do ARPAC. Foram utilizadas também reportagens da Revista *Tempo*, que divulgou muitos dos documentos fornecidos pela comissão organizadora da Conferência, além de ter documentado as atividades e certas repercussões do evento.

Meu objetivo, ao analisar esse material, é apresentar a discussão que guiou os quadros do governo moçambicano na elaboração e estruturação da área da cultura no país, através da implementação de uma política cultural. Os temas debatidos na Conferência são bastante representativos das novas orientações do governo da Frelimo adequadas àquele momento, logo após uma longa e sangrenta guerra: a cultura e toda sua diversidade é a base da unidade nacional e da conquista da paz duradoura entre os povos.

Mas quais as implicações de um conflito armado que se arrastou por mais de uma década e meia na institucionalização da área da cultura em Moçambique? Como discutirei a seguir, os debates que antecederam a Conferência e nela aconteceram concentram-se na ideia de “desenvolvimento cultural” como uma solução para o problema da unidade nacional. A atenção devida à cultura era uma boa aposta naquele momento pois, de alguma maneira, era

preciso saber o que fazer com toda a diversidade e, conseqüentemente, os distintos interesses sociais em jogo. Se havia uma urgência, tratava-se de apaziguar grupos sociais e os espíritos em disputa, mas dos últimos a Conferência não se ocupou. Assim, nos escombros de uma guerra civil que mal havia se encerrado, a realização da Conferência parecia repactuar a construção da nação, porém em renovadas bases: ao invés do homem novo, o reconhecimento de uma sociedade “multicultural” e diversa.

A organização da I Conferência Nacional de Cultura em julho de 1993 ocorre um ano após a assinatura do Acordo de Paz que sinalizou oficialmente o fim da guerra civil em Moçambique. As reportagens e os documentos que versam sobre esse evento indicam a importância do papel da cultura na busca pela paz e na (re)construção nacional. Assim, o fim da guerra civil, o abandono da Frelimo em relação ao seu compromisso com o marxismo-leninismo, a adoção de medidas econômicas acatadas pelo FMI e a alteração da Constituição de 1990 (que permitiu a formação de diferentes partidos políticos) contribuíram para a mudança do tom dos discursos voltados à cultura nacional. Mas em que termos essa mudança é promovida? Quais são as grandes questões debatidas na Conferência? Qual o papel da cultura nesse novo cenário sociopolítico? O que propõem alguns dos intelectuais convidados a contribuir na ocasião?

Este capítulo se propõe a responder a essas questões. Desde já, pode-se afirmar que um dos objetivos principais da realização desse evento foi “definir uma verdadeira política cultural para Moçambique” (Tempo, nº 1181, p. 38). Sem necessariamente ignorar os debates e as proposições em torno do tema cultural no período imediatamente pós-independência, o foco passa a recair menos no debate em torno de gêneros musicais e se concentra em discussões voltadas a temas como desenvolvimento econômico e social, o papel da sociedade civil, a conquista da democracia, a importância da diversidade cultural, entre outros. É indiscutível a influência dos debates promovidos pela Unesco sobre cultura e desenvolvimento social nessa conferência, que incorporou muitas das discussões realizadas por essa agência das Nações Unidas em outros contextos<sup>74</sup>. A situa-

---

<sup>74</sup> Uma bibliografia antropológica recente tem refletido sobre a influência da agenda da Unesco sobre o tema em diversos lugares do globo. Cf. Arizpe e Amescua (eds.) (2013); Miyata (2013); Rowlands e De Jong (2007); Brumman (2015); Fournier (2011); Bortolotto (2011; 2013); Peterson e Rassol (eds.) (2015); Ndoro e Chieikure (2017); Bendix (2018); Hafstein (2018).

ção do pós-guerra, abordada em muitos dos documentos e comunicações produzidos para o evento, coadunava com o discurso dessa organização internacional, especialmente aquele contido na Declaração do México sobre Políticas Culturais, produzida no âmbito da Conferência MONDIA-CULT, realizada na cidade do México em 1982.

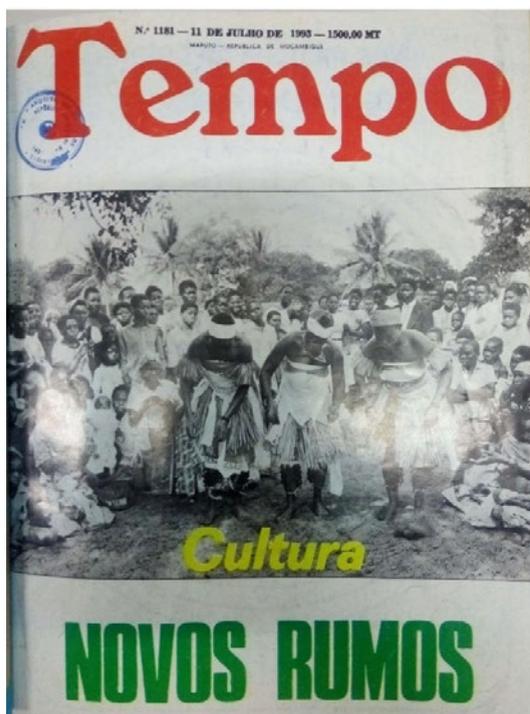
Diferentemente da Reunião de 1977, cujas discussões enfatizavam o compromisso dos artistas com a causa revolucionária, nesse momento faz parte da pauta principal da Conferência a questão de uma certa autonomia do domínio das artes em relação ao Estado e sua inserção em um almejado mercado consumidor dos bens artísticos. Se antes as coletividades eram o foco do discurso da Frelimo em relação, principalmente, aos fazedores da música e dança enquanto membros de grupos, agora a atenção recai nos artistas enquanto “cidadãos” — e não mais como grupos indiferenciados — e em questões voltadas a direito autoral, a indústrias culturais, à concepção de símbolos nacionais. Sua realização foi financiada

por instituições empresariais e bancárias moçambicanas, junto com a Agência Norueguesa de Cooperação, a Autoridade Internacional de Desenvolvimento da Suécia, a Comunidade Económica Europeia, a Comissão Nacional para a Comemoração das Descobertas Portuguesas e a Missão Cooperativa Francesa (Fry, 2003, p. 304)<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> O Relatório das Actividades Preparatórias da Conferência aponta como patrocinadores, além dos fundos do próprio Estado: Agência Norueguesa de Cooperação (NORAD), Agência sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI), Comunidade Económica Europeia (CEE), a Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, a Missão Francesa de Cooperação, o UNICEF, o Gabinete da Primeira Dama, o Banco de Moçambique, o Banco Popular de Desenvolvimento, o Banco Standard Totta de Moçambique, Listas Telefónicas de Moçambique, BP-Moçambique, Instituto de Comunicação Social, Rádio Televisão Klint (RTK), Televisão de Moçambique (TVM), Rádio Moçambique.

Figura 15: Capa da Revista Tempo sobre a CNC 1993.



Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique.

## **As atividades pré-Conferência**

Segundo o “Relatório das Actividades Preparatórias da Conferência” (Doc. 10/CNC/93), decidiu-se realizar esse encontro em março de 1992, durante reunião do Conselho Coordenador do Ministério da Cultura. Naquela ocasião, foram apontados os seguintes objetivos a serem alcançados: “reflectir sobre o conceito de cultura e encontrar uma aceção que reflecta as experiências dos moçambicanos na sua organização social e jurídica, na teoria do conhecimento e na visão do mundo no seu relacionamento entre si e a natureza” e propor uma política cultural baseada nas mudanças inseridas na Constituição de 1990 que indicasse “o papel do Estado, da sociedade e do indivíduo no fomento da cultura moçambicana”.

As abordagens sobre a Conferência, principalmente aquelas que antecederam a sua realização, veiculadas seja em matérias jornalísticas ou nos próprios documentos produzidos pelo ARPAC, afirmam que o tema

da cultura estava sendo discutido em todo o mundo, e Moçambique não seria exceção nesse contexto. Reportagem da Revista *Tempo* em maio de 1993 aponta que “a Cultura tem sido uma das preocupações tanto do dirigente político, como do mais pacato cidadão desde os tempos da luta armada pela independência nacional”<sup>76</sup>. Os exemplos citados são o Seminário realizado entre 30 de dezembro de 1971 a 21 de janeiro de 1972, em Tunduru, na Tanzânia, e a Reunião Nacional sobre Cultura, em 1977.

Posteriormente a esse final da década, são apontadas como ameaças à “existência de um movimento cultural sólido e autêntico” a guerra de Ian Smith no Zimbábue e a guerra civil. Assim, a Conferência é vista como uma oportunidade efetiva de elaboração e implementação de uma política cultural que ultrapassasse a percepção de que à cultura se associam somente música, dança e artes plásticas. Interessante observar que, se nos debates do final da década de 1970 eram os músicos profissionais, em grande medida, os especialistas legítimos na elaboração da noção de cultura, nesse momento são os cientistas sociais chamados a atuar na empreitada.

Os temas abordados na Conferência foram os seguintes: “Cultura, identidade cultural e construção da nação moçambicana”; “Proposta de política cultural de Moçambique”; “Papel das instituições culturais e da produção artística”; “Cultura e intercâmbios internacionais”; “Dimensão cultural nos projectos de desenvolvimento”; “Contribuição das instituições de ensino e de investigação sócio-cultural para a preservação e promoção cultural”. Quem esteve à frente da organização e preparação desses pontos e da reunião prévia com representantes das províncias nos setores de cultura foram os técnicos do ARPAC. Nos meses que antecederam a Conferência, além de debates promovidos por governadores a nível das províncias, foi incentivada a colaboração dos “cidadãos” em sugestões que pudessem ser levadas a essa instituição através dos serviços provinciais de cultura. Essas colaborações, ao que tudo indica, foram incorporadas ao Relatório de Atividades Preparatórias redigido pelo diretor da instituição à época, Renato Matusse. É sobre o conteúdo desse documento que passo a me ocupar a seguir.

---

76 *Tempo*, nº 1171, p. 31.

O texto inicia explicando que seu conteúdo é uma sistematização das propostas surgidas dos debates que tiveram lugar em todo o país para delas se elaborar “recomendações que venham impulsionar a actividade cultural em Moçambique e encorajar uma maior ligação entre a cultura e a planificação, governação e legislação”<sup>77</sup>. De acordo com o documento, quem tinha a tarefa de impulsionar esses debates em instituições variadas e na “comunidade” eram os “chefes de serviços” da área cultural de cada província, com o apoio dos governadores<sup>78</sup>. O redator comenta que se tratava de uma tarefa difícil e de um trabalho pioneiro, pois a cultura ainda era encarada apenas como expressão artística em muitos setores da sociedade. Havia um grupo que centralizava as contribuições chegadas das províncias, sistematizando as principais questões a serem transformadas em temas de debate mais amplo<sup>79</sup>.

Elikia M'Bokolo, historiador congolês, que à época da organização da Conferência atuava como consultor da Unesco, parece ter tido bastante influência nesses trabalhos que antecederam o evento; sua comunicação sobre etnia e poder, que será explorada à frente, inaugura (ou pelo menos evidencia) o novo tom adotado pelo governo da Frelimo em relação à nação: não se trata mais de destruir as tribos para se criar um só e único povo, mas de respeitar a diversidade de cada grupo social e suas particularidades; somente assim seria possível implementar o projeto de unidade nacional.

Em maio de 1993, portanto antes do evento, realizou-se uma reunião técnica com intuito de preparar o que poderia ser debatido na Conferência. Nessa ocasião, participaram os chefes dos Serviços Provinciais de Cultura e os técnicos do ARPAC. O documento cita diversos agentes que teriam enviado contribuições a serem discutidas nesse fórum prévio, como

---

77 Infelizmente não foi possível encontrar informações sobre esses debates nas províncias, como foram organizados, quem pode participar etc. Digo infelizmente porque esses dados, advindos de processos de auscultação “popular”, poderiam auxiliar na compreensão da ideia de participação social, cujos sentidos se alteraram a nível do discurso, tendo a prática permanecido a mesma. Reelaborarei melhor esse assunto na segunda parte da tese. Nessa mesma toada passa a integrar o vocabulário dos gestores de políticas públicas a ideia de sociedade civil, utilizada muitas vezes sem um aporte na realidade empírica.

78 “Apraz-nos registar que as Comissões Provinciais de Preparação da 1ª Conferência Nacional sobre Cultura foram dirigidas pelos senhores governadores provinciais, facto que não só deu uma outra dimensão aos debates como também encorajou as brigadas a um maior empenho, entrega e responsabilidade. É também digna de registo a adesão e participação entusiástica nos debates de artistas, políticos, religiosos, funcionários, empresários, moçambicanos de várias faixas etárias e estrangeiros” (Doc. 10/CNC/93).

79 A descrição do grupo é muito genérica: “homens de vários ramos do saber e actividades, entre académicos e artistas, funcionários públicos e empresários”.

“membros do Conselho de Ministros, dirigentes de associações sociais, humanitárias e profissionais, confissões religiosas, cidadãos singulares”. Após apresentar o contexto geral da fase preparatória, o documento aborda os principais temas resultantes de todas as contribuições, assim como suas conclusões comuns.

Em primeiro lugar, aparece a questão do papel da cultura e da identidade cultural na construção da nação moçambicana. Assim, discutiu-se que a diversidade cultural deve ser considerada como algo positivo para a unidade nacional, e não como um impeditivo desta. Além disso, ela deveria ser promovida paralelamente ao desenvolvimento de mecanismos de sua gestão, visto que as diferenças podem ser manipuladas contra os interesses da nação. A resposta a isso deveria ser encontrada na valorização de aspectos das práticas culturais de cada grupo, pois consideraram que a diversidade produz uma unidade mais duradoura. Foram identificados três grandes grupos que constituem a *moçambicanidade*: os de origem bantu, os de origem asiática e os de origem europeia. Todos eles, segundo esse relatório, possuem um passado comum e demonstram que querem continuar a viver no mesmo território. A esse respeito, a Conferência teria que criar “mecanismos de cada um destes grandes grupos se sentir tão moçambicano como qualquer outro e cada um contribuir com o seu saber e suor para a edificação do Moçambique que é tão seu” (Doc. 10/CNC/93, p. 4).

Outro aspecto identificado como tendo importância crucial para ser debatido na Conferência era a valorização de locais e personalidades que tenham significados especiais para cada província. Dentro dessa linha de trabalho, era enfatizada a questão da toponímia, ou seja, a necessidade de a grafia das palavras relativas a locais e a nomes de pessoas refletirem cada vez mais a realidade sociocultural das “comunidades”. O debate sobre as línguas moçambicanas foi conduzido tendo em conta sua finalidade prática: elas seriam utilizadas nas escolas e em instituições públicas; o português não perderia o status de língua oficial, apenas seria ensinada e empregada paralelamente às outras.

Note-se a diferença da política da Frelimo no período imediatamente pós-independência, em que a língua portuguesa foi incorporada ao discurso oficial como língua moçambicana legítima, pois era a única que uniria o país, do rio Rovuma ao rio Maputo, facilitando a comunicação de

toda a nação e destruindo os tribalismos na esfera linguística<sup>80</sup>. Apontar essa outra abordagem para a questão linguística é mais do que notar uma mudança no modo como a Frelimo formulava políticas para a língua após os turbulentos anos de guerra civil; é notar também a dramática mudança ocorrida nos processos de formulação e escolha da narrativa nacional, que poderia ser compreendido a partir de vários ângulos<sup>81</sup>.

Surge nesse contexto a ideia de serem criados símbolos que identificassem as províncias e divulgassem sua diversidade, como culinária, vestimentas, enfim, produtos, artefatos e imagens que pudessem ser associados a determinadas regiões<sup>82</sup>. Esse processo de regionalização, ainda em ação, passa a ser fundamental para alimentar a ideia de nação que se quer construir. Renato Matusse, diretor do ARPAC e coordenador executivo da Conferência, em entrevista ao jornalista Paulo Sérgio à *Tempo* (nº 1175, de 30 de maio de 1993), comenta sobre esse tópico:

De retórica estamos todos cheios dela! Sobretudo, sobre os aspectos culturais há muita retórica! Penso que é tempo de passarmos às decisões, e dizer “vamos fazer o quê?”. O que existe na província deve ser valorizado de tal maneira que as pessoas sintam que não existe mais em parte nenhuma, a não ser só na sua província! Que as províncias tenham símbolos que as identifiquem individualmente uma em relação à outra! ... O que é que simboliza, por exemplo, Tete? Quando se olha para alguns países por exemplo, a Austrália, tem o canguru. O Zimbabwe tem o seu pássaro. A Inglaterra tem aqueles palácios. Os americanos têm lá o símbolo da liberdade. Os franceses têm a Torre Eiffel... Cada país tem o seu símbolo. Em Moçambique é preciso definir o seu símbolo, e os símbolos de cada uma das suas províncias!

Embora não tenha havido durante o evento uma seção específica para a elaboração de tais símbolos, esse tema vez ou outra volta à tona.

80 Cf. Firmino (2004) sobre a institucionalização do português em Moçambique.

81 Considerando que os discursos sobre a nação em Moçambique estão frequentemente associados (e muitas vezes se confundem) aos debates e orientações sobre expressões culturais, recorrer a essa via tem revelado importantes aspectos dos processos de governação e ajudado a compreender as práticas do Estado contemporâneo na área da cultura a partir de suas ramificações — no distrito de Zavala e na província de Inhambane.

82 Interessante observar que a música/dança não aparecem como possíveis símbolos nesse relatório.

Observar os desenhos e logotipos escolhidos para representar os festivais nacionais de cultura podem ser uma boa pista para analisar esses procedimentos de escolha que nem sempre são debatidos de maneira explícita. O exemplo das *timbila* é muito bom para discutir esse assunto, não somente pelo motivo mais óbvio de ela ter sido a expressão escolhida pelo governo moçambicano para ser reconhecida internacionalmente, representando o país fora de suas fronteiras nacionais, mas pelo fato de ter sido o primeiro símbolo a se tornar emblema de um grande festival que buscava reunir as consideradas principais expressões culturais do país. Por que a escolha pelas *timbila* e não outro objeto, outra ideia, outra imagem?

O Relatório afirma que durante os debates preparatórios para a Conferência ocorridos nas províncias, muitas vezes foi sugerido que pratos e bebidas locais passassem a estar associados diretamente a divisões geográficas correspondentes. Diante do problema de como implementar tais sugestões, o redator do documento preconiza:

Esses processos são lentos pois implicam a libertação dos homens de certos preconceitos que não desapareceram com a libertação da terra. Será um processo que, para o seu sucesso, deverá envolver os agentes económicos, os nutricionistas, os antropólogos e sociólogos, os políticos e dirigentes a vários níveis, entre outros. A oferta desses pratos e bebidas em recepções oficiais, a sua confecção e acondicionamento higiénico e atraente serão alguns dos elementos muito importantes para que essa campanha tenha sucesso por forma a que o gosto pelo local se instale nas mentes dos moçambicanos (Doc. 10/CNC/93, p. 6).

Nesse início de década, música, dança e instrumentos tradicionais já não são os principais definidores da cultura moçambicana<sup>83</sup>. O alargamento da percepção e elaboração sobre os elementos constituidores de

---

<sup>83</sup> Esses são temas, aliás, que aparecem muito superficialmente nos documentos que levantei. Em um deles, por exemplo, ao ser abordada questão relativa a instrumentos musicais tradicionais, o redator afirma que estes, “com exceção das ‘timbila’, são muito simples como, por exemplo, a ‘viola’ em que a caixa de ressonância é uma cabaça e as cordas são de fibras vegetais, as cornetas feitas de chifres recurvados; a ‘ocarina’, feita de fruto de *nsala*, com três orifícios; e a *nyanga*, uma espécie de flauta feira de tubos de caniço. A música tocada por estes instrumentos tem uma linha melódica muito simples e que se repete indefinidamente [...]” (Doc. 03/CNC/93, p. 6). Embora a complexidade atribuída à construção da *mbila* perpassasse décadas, é novidade o modo como outros instrumentos são descritos. Se no contexto descrito no capítulo 1 eles são considerados complexos cada um à sua maneira, tornando-se inclusive focos de atenção de especialistas, agora os instrumentos tradicionais não passam de objetos “muito simples”.

uma cultura, por parte de quadros da Frelimo e de moçambicanos que se envolveram com essa discussão no pós-guerra, procurou estabelecer não só um distanciamento em relação ao tratamento anterior dedicado às atividades desenvolvidas nesse âmbito, mas fundamentalmente instaurar um novo modelo de nação. E, nesse sentido, a atribuição de valor a determinados aspectos de cada local (e não mais de cada povo) do vasto território funcionaria como caminho ideal na busca por uma unidade que não se ressentisse de ser “multicultural”.

Nas linhas que descrevem o conteúdo do que se passou antes, durante e após a Conferência, o confronto com as escolhas e ações da Frelimo do “tempo Samora” (Thomaz, 2008, p. 187) não é frontal. É inegável que o elogio aberto à valorização das línguas moçambicanas, da medicina e poder tradicionais curva-se aos reconhecidos erros do passado; no entanto, exceto por uma ou duas alfinetadas de um convidado externo, nenhuma crítica ou mesmo menção ao marxismo — “a referência universalista a partir da qual se operou a negação das realidades do país” (Geffray, 1991, p. 16) — foi levantada.

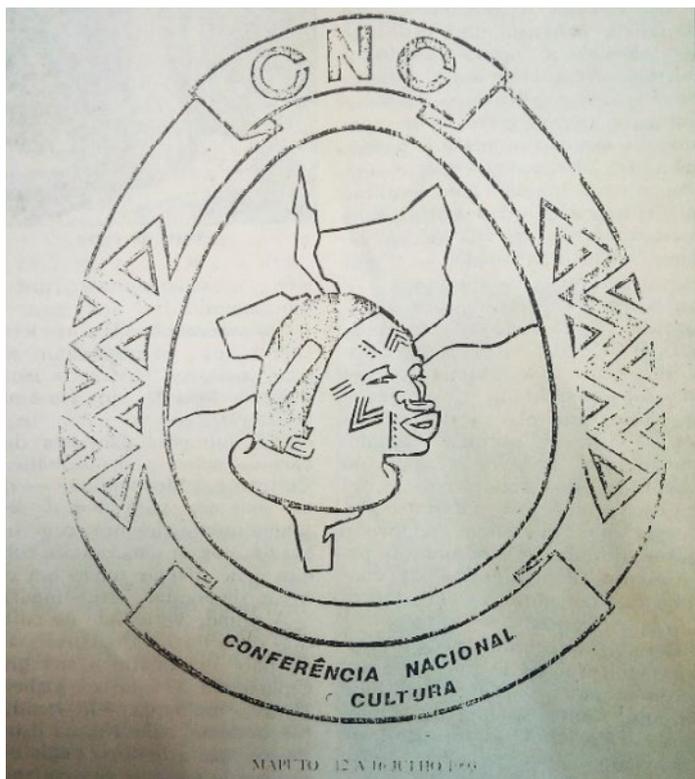
Ainda nesse documento que relata as principais atividades prévias à Conferência, é posto o problema da (não) exequibilidade da produção de espetáculos artísticos por parte do Estado. Como forma de ultrapassar essa dificuldade passou-se a debater sobre a criação de incentivos fiscais para promover ações relacionadas a todo tipo de atividade artística e sobre o papel de “agentes econômicos” no fomento dessas atividades. Além disso, algumas propostas, como as das províncias de Sofala, Nampula e Zambézia, defendiam que a gestão das atividades culturais fosse descentralizada pelo país, o que favoreceria a especialização de cada província com áreas específicas<sup>84</sup>. Como exemplo foi sugerido que a “a zona Norte poderia ficar responsável pela gestão e desenvolvimento das artes plásticas, o Centro pela música tradicional e o Sul pelas artes cénicas”<sup>85</sup>. Por fim, o documento aponta a importância que a questão da cultura deveria passar a ter nas instituições de ensino. A elaboração de um currículo que

84 O que contribuiria também para a pulverização do poder político, que se concentrava somente em Maputo. Embora essa não tenha sido uma questão explícita, ou seja, a problematização sobre a geopolítica do poder, ao considerar o contexto da Conferência, essa questão pode ser lida nessa perspectiva.

85 A partir dos dados da minha pesquisa, não se pode afirmar que essa discussão tenha encontrado terreno fértil na Conferência.

inserir aspectos históricos locais e nacionais, além da construção de um calendário escolar que se adequasse às práticas agrícolas foram consenso.

Figura 16: Logo da CNC divulgado pela Revista *Tempo*.



Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique.

## **A Conferência Nacional de Cultura de 1993: pelo nascimento de uma política cultural**

[...]

Minhas Senhoras,

Meus Senhores:

A 1ª Conferência Nacional sobre Cultura realiza-se numa altura de profundas transformações a nível do país, da região e do mundo.

Em 1990, adoptámos no país uma Constituição que consagra, entre outros aspectos, uma maior abertura

ao pluralismo de ideias, um direito que implica uma maior tolerância de opiniões.

A assinatura do Acordo de Paz em 1992 abriu novas perspectivas para o alargamento da democracia consagrada na Constituição e para a participação de todos os cidadãos na reconstrução nacional e na recuperação do tecido social, para garantir o equilíbrio material e espiritual de todos os moçambicanos.

[...]

Ao apreciarmos os temas desta Conferência, apercebemo-nos de que os mesmos foram cuidadosamente escolhidos porque se enquadram em duas grandes realidades moçambicanas. A primeira diz respeito ao reconhecimento da existência duma soberania. São os temas sobre a construção da nação, a política cultural e o intercâmbio cultural. A segunda concerne à reflexão que a Conferência se propõe realizar acerca da identidade cultural, da relação entre a cultura e o processo de desenvolvimento, da relação entre cultura e desporto, das instituições e órgãos envolvidos na concepção, execução e disseminação das ricas e diversificadas manifestações da cultura e da contribuição que se espera das instituições nacionais de ensino e pesquisa científica para a promoção da cultura moçambicana. [...] (Doc. 08/CNC/93).

Eis um trecho do discurso de abertura da Conferência proferido por Joaquim Alberto Chissano, segundo Presidente da República de Moçambique, no dia 12 de julho de 1993. Seu conteúdo apresenta o contexto mais geral no qual se assenta a realização do tão esperado evento do pós-guerra civil e evoca, ainda que sutilmente, o novo projeto de nação pretendido e qual o papel da cultura nesse processo. Ao apontar que Moçambique se enquadra numa conjuntura mais ampla de intensas transformações, Chissano cita a Constituição de 1990 e a assinatura dos Acordos de Paz de 1992, ambos instrumentos de garantia de democracia. Após uma sangrenta guerra que dizimou milhares de pessoas no território moçambicano, a ideia de cultura parece ressurgir com uma nova roupagem: sua tarefa é auxiliar na (re)construção da nação, de modo que a administração pública possa incorporar, em suas práticas de trabalho e gestão, o aprendizado advindo dos diversos grupos existentes no país. Não se trata

mais de abandonar práticas “tradicionais” de ser e estar no mundo, mas de considerá-las como fundamentais na fabricação do projeto nacional.

O documento intitulado “Proposta de Política Cultural de Moçambique”, assinado por Renato Matusse, Felisberto Tinga e Júlio Kazembe (Doc. 7/CNC/93) afirma, em sua Introdução, que a política cultural que se busca “seja duradoira e acima de tendências políticas e ideológicas de partidos e governos”, devendo ser aprovada pela Assembleia da República após o processo de consulta que se realizou em todo o país. Embora a cultura sempre estivesse no centro das atividades governamentais, segundo os redatores do documento, ela nunca foi alvo de uma definição consistente que permitisse a elaboração de projetos específicos. Em seu lugar, eram divulgadas orientações produzidas por agentes que estivessem de alguma maneira vinculados ao setor. Aliada à falta de elaboração teórica, à cultura se associavam aspectos artístico-expressivos, como dança, música, teatro, artes plásticas, cinema e fotografia. A partir desse novo marco que será inaugurado pela proposta de política cultural, fundamentada pelos pressupostos da Constituição de 1990,

a cultura ocupará um lugar central na planificação, implementação e análise das actividades de desenvolvimento e funcionamento das instituições e da relação destas com o homem. Em resumo, a cultura passará a constituir, também, um factor de desenvolvimento.

Com a reflexão conceptual sobre cultura decorre a reflexão sobre o papel que o Estado deve desempenhar, pois, até aqui, este apresentava-se, em simultâneo, como coordenador e realizador da cultura providenciando meios aos artistas e programando as suas actividades. Tal *modus operandi* atrofiava a iniciativa individual tanto pela metodologia de relacionamento com o artista e o Estado como pela conveniência que tal relacionamento criava para o artista (Doc. 7/CNC/93, p. 2).

Ao realizar um curto histórico a respeito das iniciativas voltadas à área da cultura relacionadas aos primórdios de sua institucionalização no pós-independência, o documento aponta que os debates promovidos no país vinham se alinhando às reflexões produzidas em arenas internacionais, principalmente por parte da Unesco e das resoluções da Conferência

de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). Destacam como resumo dessas reflexões “a necessidade de se transcender o conceito redutor de cultura e passar a concebê-la como um conjunto de sistemas interligados que nos permitem perceber, julgar, comunicar, produzir e comportarmo-nos de determinada maneira perante a natureza e os outros homens” (Doc. 7/CNC/93, p. 4).

Como fundamentações da “Proposta de Política Cultural de Moçambique”, seus autores enunciam: levar em consideração não somente a vertente artística, mas “toda a experiência do indivíduo e da comunidade”; elaboração detalhada de um documento sobre a política cultural que se quer implementar; enunciação das responsabilidades do Estado, da sociedade civil e do indivíduo perante à nova realidade política do país; desenvolvimento do projeto unidade na diversidade, que visa promover a valorização da diversidade étnica, linguística e geográfica do país; uma vez adotada, a política cultural será referência para a definição de políticas setoriais (de desenvolvimento, linguística, do turismo etc.); alinhamento às discussões e decisões relativas a políticas culturais de outros países, especialmente africanos.

O documento aponta, como objetivo geral dessa política cultural, a promoção de uma “lealdade nacional”, para permitir que cada moçambicano se sinta pertencente à nação, sem discriminação de origem étnica, linguística, política, social ou religiosa. Foram elencados três objetivos específicos: 1) estabelecimento de mecanismos legais que disciplinem a efetivação de atividades culturais e projetos; 2) instituição do princípio de responsabilidade compartilhadas entre vários setores da sociedade para a consecução do desenvolvimento cultural; e 3) criação de meios de financiamento e gestão da ação voltada à cultura em todo o país.

Nesse sentido, para a sua efetiva implementação, a política cultural demandava responsabilidades do Estado e da sociedade civil. Caberia ao Estado, resumidamente, criar meios para a execução de ações, ou seja, criação e financiamento de redes de instituições, definição de legislação específica, promoção de intercâmbios entre grupos nacionais e estrangeiros, promoção de festivais e investigações. À sociedade civil competiria: criar e financiar instituições voltadas à promoção da cultura nacional; organizar-se em associações; promover a educação patriótica dos cidadãos; contribuir para o financiamento de ações de

formação de competências técnicas; promover e patrocinar atividades na área da cultura, como festivais, concursos, concertos etc.

Como se pode observar, a ideia de responsabilização da chamada sociedade civil passa a fazer parte do discurso autorizado do governo da Frelimo, muito embora não se estabeleça quem sejam seus principais agentes e de que forma essas responsabilidades podem ser logradas. Podemos aventar que esse vocabulário “democrático” (sociedade civil, cidadania, democracia etc.), muito provavelmente acessado em intercâmbios internacionais e incorporado ao dicionário político moçambicano no contexto de construção do imaginário de liberdades civis pelo pós-guerra e pela promulgação da Constituição de 1990, contribuiu de maneira decisiva para sua reprodução nos anos subsequentes nas agendas voltadas à proposição de políticas públicas na área da cultura.

Desde já podemos imaginar que esse vocabulário importado, de bases europeias, dificilmente encontraria respaldo em Moçambique. Mas esse ainda não é o momento de empreender essa discussão; é preciso antes apresentar de que forma a matéria se incorpora no discurso político e, posteriormente, os dados construídos através da interação com meus interlocutores timbileiros. As comunicações proferidas na Conferência são fonte para o mapeamento de parte dessa circulação de ideias. Selecionei três das cerca de dez por me parecerem as mais ricas para a discussão proposta; todas elas ressaltam, cada uma à sua maneira e dentro do tema principal sobre políticas culturais, questões relacionadas à construção da nação, ao desenvolvimento, à diversidade cultural, à etnicidade. Passo a elas na seção que segue.

## As comunicações

Luis Bernardo Honwana<sup>86</sup> participou da Conferência na condição de Presidente do Comitê Intergovernamental da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural, órgão ligado à Unesco. Logo no início da sua comunicação, parabeniza pela organização do evento enfatizando a importância de fazer da cultura um debate nacional num “país onde ainda paira o

---

<sup>86</sup> Honwana é um importante escritor moçambicano. Foi Diretor de Gabinete do Presidente Samora Machel após 1975. Em 1982, tornou-se Secretário de Estado da Cultura de Moçambique; em 1986, foi nomeado Ministro da Cultura. Em 1987, foi eleito membro do Conselho Executivo da Unesco.

espectro da guerra” (Doc. 11/CNC/93, p. 1). Honwana aponta, ainda em suas considerações iniciais, que a multiculturalidade não foi assumida por Moçambique e que a Conferência contribuiria para a compreensão sobre as causas da violência no país.

O cerne da sua comunicação está em discutir a questão central por ele identificada nos debates prévios à Conferência: como conceber uma política cultural que esteja em consonância com as diversas identidades culturais do território. Antes de enfrentá-la, no entanto, apresenta uma espécie de preâmbulo a respeito do gênero de instituições que desenvolviam atividades do setor cultural (bibliotecas, museus, arquivos, monumentos etc.) anteriormente à formulação do conceito de política cultural. Elabora seu argumento recorrendo a exemplos e a locais genéricos para mostrar como diversas áreas relacionadas à cultura durante muito tempo foram praticadas de forma desordenada, sem nenhum tipo de intervenção estatal coordenada e dirigida.

Esse cenário é colocado em causa, segundo Honwana, após a II Guerra Mundial, quando muitas discussões, motivadas pelo “clima de solidariedade internacional”, passaram a considerar o crescente quadro de pobreza no mundo, as situações de discriminação racial e sexual, de injustiças sociais, de desrespeito aos direitos humanos, de destruição do meio ambiente. Assim, certas organizações internacionais chegaram à conclusão

de que o desenvolvimento não poderia ser realizado segundo modelos pré-estabelecidos e uniformes, especialmente quando esses modelos não levassem em linha de conta as características histórico-sociológicas dos povos e contextos ambiental e cultural em que deveriam ser aplicados (Doc. 11/CNC/93, p. 4).

Dessa maneira, o desenvolvimento de cada país passa a ser concebido a partir do respeito às identidades culturais, sendo as políticas culturais o caminho indispensável para sua consecução. Não significa, entretanto, que todo o globo terrestre compartilhe da mesma experiência:

Embora portadores de uma experiência diferente da dos países do Norte, os países novos especialmente no continente africano, seguiram com interesse e entusiasmo esta valorização do sector cultural. Para eles,

e mesmo ainda na fase de projecto independentista, a cultura sempre oferecera amplas possibilidades ao reforço da unidade nacional (Doc. 11/CNC/93, p. 5).

Honwana sublinha o papel fundamental desempenhado pela Conferência Mundial sobre Políticas Culturais realizada no México em 1982, que contou com a participação de Moçambique. Esse acontecimento teria estimulado a inclusão da cultura em pautas ministeriais, com a consequente construção de uma política específica voltada ao desenvolvimento social e à “afirmação das identidades culturais”<sup>87</sup>. Sobre estas últimas, o orador aponta a dificuldade de apreendê-la do ponto de vista da nação; distintas “comunidades” concebem identidades culturais definidas, mas em escala nacional tais definições seriam muito mais vagas. O caso de Moçambique é citado para exemplificar que o problema da violência civil resulta, entre outros fatores, de não se ter produzido no interior das várias organizações etnolinguísticas “uma relação de interculturalidade que permita ultrapassar sem rupturas as situações de crise que o projecto nacional conhece”. Ou seja, de acordo com essa interpretação, o projeto de unidade nacional em Moçambique ainda não teria tido sucesso por falta de comunicação entre as diferentes identidades culturais. Qual a resposta dada? Embora tenha lançado a questão no debate, suspeitamos que ela não tenha sido respondida<sup>88</sup>.

O tema relacionado à multiculturalidade foi enfrentando por outro expositor, o etnomusicólogo — naquela altura, professor da Universidade de Washington em Seattle, nos Estados Unidos — Christopher Waterman<sup>89</sup>. A comunicação é iniciada com uma discussão sobre dois conceitos

87 A respeito da noção de identidade cultural, Honwana explica: “Das várias definições que se aceitam do conceito de identidade cultural, podemos reter que se trata da identificação espontânea dos indivíduos com uma determinada cultura, com um universo socio-linguístico, com uma determinada nação ou região, que cultiva ou propugna certas crenças, certos valores, que compartilha de um processo histórico e um destino comuns. Esta identificação revela-se e plasma-se na personalidade, através de um estilo de vida, de certas preferências e repulsas e certos comportamentos” (Doc. 11/CNC/93, p. 6).

88 Esse problema parece ter perseguido o autor por muitos anos. No Prefácio de *A velha casa de madeira e zinco* (2017, p. 14), Honwana afirma que a questão da *moçambicanidade* se encontra “tão envolta em névoa, incerteza e indefinição”. Acrescenta que esse é um debate urgente e inadiável sobre a nação, o qual foi já bastante aludido e reivindicado, mas que ainda não teve o seu devido lugar.

89 Waterman é professor na Universidade da Califórnia, no Departamento de Artes do Mundo e Culturas/Dança. Realizou pesquisas de campo entre os yorùbás na Nigéria. Publicou, entre outros, *Jùjú: A Social History and Ethnography of na African Popular Music* (University of Chicago Press, 1990).

de cultura que, segundo Waterman, “influenciaram a política pública em África” (Doc. 18/CNC/93, p.1)<sup>90</sup>. O primeiro trata-se do que ele apresentou como formulação clássica burguesa, em que a cultura é apreendida como qualidade de determinados tipos de pessoas, que a possuem na forma de refinamento intelectual, moral, social e estético; é, portanto, uma ideia elitista e que, influenciada pelas ideologias eurocentristas, fundamentou esquemas de classificação racial. Essa concepção do conceito de cultura contribuiu, explica o palestrante, para os processos de diferenciação do europeu em relação ao outro exótico que tiveram um papel preponderante nas políticas coloniais executadas no continente africano. Em Moçambique, essa noção estaria incorporada na história “através da política colonial portuguesa de ignorar o pensamento, os valores e as línguas locais” (Doc. 18/CNC/93, p. 2).

Waterman passa a ser cada vez mais frontal à medida que suas reflexões avançam. Essa exceção é digna de nota, pois, quando o assunto é política cultural em Moçambique, muito dificilmente realiza-se uma leitura crítica dos processos que subjazem ao papel da cultura nas atividades de governo. Embora tenham havido conquistas efetivas com a revolução pela independência, ele afirma que foi esse primeiro conceito de cultura que inspirou a política cultural moçambicana e, assim como em outras partes do mundo, seus líderes políticos consideraram a cultura como “uma ideologia de unificação e uma base efectiva para a produção de *slogans*” (Doc. 18/CNC/93, p. 2), o que pouco ou nada contribuiu para a compreensão e a adoção prática de tradições variadas, das línguas, da investigação e educação no campo das artes no projeto mais geral da nação. Em outros termos, Waterman colocou de maneira assertiva a leitura antropológica elaborada por Geffray (1991) — muito embora não o tenha citado — a respeito das causas da guerra civil, que foram marcadas em grande medida pela profunda ruptura da Frelimo com as práticas e os modos de vida de parte significativa das populações rurais do país.

---

90 Antes de avançar na discussão, o expositor alerta de forma simpática: “Mas, antes de mais, gostaria de dizer que me encontro em Moçambique há apenas 10 dias, durante os quais estive exclusivamente em Maputo e seus arredores. Conheço somente dez frases em Changana, somente uma em Macua e o meu Português é deficiente. Consequentemente, poderá parecer um bocado absurdo que eu me encontre aqui a apresentar conselhos sobre o papel da cultura no desenvolvimento nacional de Moçambique. Estou, de facto, convencido do valor essencial daquilo que abordarei — de outro modo manter-me-ia calado — mas gostaria de realçar que as minhas observações têm por fim estimular um debate, ao invés de propor repostar autoritárias” (Doc. 18/CNC/93, p.1).

Nos seus escritos, o grande estadista Eduardo Mondlane analisa os esforços iniciais da FRELIMO para combater o tribalismo e a superstição e para melhorar o que ele denominou de “baixo nível geral de entendimento político” predominante no seio da população (Mondlane 1970, p. 220). Com o devido respeito, poderá sugerir-se que o “baixo nível de entendimento” do Governo em relação às realidades das comunidades locais contribuiu para precipitar a crise da qual Moçambique tenta agora emergir (Doc. 18/CNC/93, p.2).

Após essa consideração um tanto provocativa, o foco passa a ser a segunda definição de cultura, o seu sentido antropológico: “neste contexto, a cultura consiste no padrão aprendido de ideias, valores, emoções e hábitos que nos permitem fazer, de uma maneira mais flexível, aquilo que o instinto permite às outras espécies fazer” (Doc. 18/CNC/93, p.2). Sem se aprofundar muito mais, explica que uma dimensão importante desse conceito de cultura antropológico é o princípio do relativismo cultural. Como exemplo, comenta que o fato de ele não entender *changana*, russo ou chinês não pode ser um pretexto para julgá-las menos complexas que aquelas por ele sabidas, como o yoruba, o inglês e o espanhol.

As diferenças entre as duas noções de cultura, a elitista e a antropológica, são fundamentais, de acordo com ele, para discutir o papel da cultura no “desenvolvimento nacional”. A definição antropológica é, obviamente, a escolhida como fértil para a continuidade de sua reflexão. Do ponto de vista do desenvolvimento, ela teria a capacidade de evidenciar que os vários domínios culturais são estritamente interligados na vida cotidiana das pessoas reais. Nesse sentido, estaria claro que, como as artes, os ritos de iniciação, os casamentos, a subsistência e as práticas tradicionais de cura se configuram como campo legítimo de competência da política cultural. Reforça esse argumento assinalando que, no caso moçambicano, música, dança, artes visuais e plásticas e “retórica verbal” são tradicionalmente importantes na estrutura da vida social das suas comunidades. Outra decorrência prática de sua utilização seria pensar que a atenção dada à cultura e a problemas dela advindos são competência não somente do Ministério da Cultura e Juventude, mas também de agências internacionais de desenvolvimento e de outros ministérios, como da

Agricultura, da Educação, Justiça, Finanças etc., pois é inevitável que as atividades elaboradas por essas instâncias dependam dos vários domínios da cultura.

Muito embora apresente as vantagens de uma adoção da perspectiva antropológica de cultura, Waterman adverte que o elogio cego da diferença e da diversidade cultural pode levar a um “relativismo inocente”, sendo a “abordagem ingênua do multiculturalismo” algo pouco salutar no processo de construção da nação. Propõe, então, a ideia de “multiculturalismo crítico”, a partir do qual as diferenças culturais devem ser empregadas como base para se refletir sobre problemas comuns ao contexto no qual essas diferenças se reproduzem. Governar, nesse sentido, assemelhar-se-ia menos a uma palestra e mais com uma conversa, “ou uma canção baseada no princípio de ‘chamada-resposta’, comum às tradições musicais em África” (Doc. 18/CNC/93, p. 4).

O papel fundamental exercido pelas políticas culturais promovidas pelos governantes, no sentido de criarem instituições de comunicação que permitam a liberdade de expressão, poderia contribuir, segundo o orador, para o crescimento da ideia de identidade nacional, na medida em que as pessoas passariam a se sentir moçambicanas, ou seja, sentirem-se pertencentes a uma nação. Esse projeto só poderia ser realizado quando a cultura obtivesse o mesmo estatuto que outras esferas da administração pública e ultrapassasse afirmações vagas contidas em frases de efeito, como “unidade orgânica do povo” e “bela diversidade cultural do povo”.

A segunda parte da comunicação centra-se em análises empreendidas pelo orador a partir de conversas que teve com professores, artistas e gestores públicos em Maputo, durante os dez dias que esteve na capital. Aponta diversos tipos de dificuldades enfrentadas por escolas, universidade e associações no tocante à aquisição de material básico (livros didáticos, instrumentos musicais etc.) e, mesmo quando se tratasse de doações internacionais, havia o valor das taxas de importação, inacessíveis às instituições, o que obrigava seus possíveis beneficiários verem esse material inutilizado, preso na alfândega.

Mas nem tudo era caos. Waterman indica algumas ações que configurariam boas práticas nessa conjuntura: projetos envolvendo investigação arqueológica e atividades voltadas às línguas nacionais e a expressões ar-

tísticas, através do ARPAC; cooperação sueca que apoiaria a Associação dos Músicos na publicação de um periódico e na construção de um laboratório musical computadorizado; os estudantes da Escola de Música, que “interpretam Bach, Beethoven, Jazz americano, música coral changana e timbilas chope, com grande prazer e charme” (Doc. 18/CNC/93, p. 6); uma escola de cultura e arte na galeria do renomado escultor Alberto Chissano.

Seguindo com o tom otimista, afirma ter observado que a insatisfação de músicos, professores e dirigentes com os quais conversou estava diminuindo pela esperança que esses sentiam em relação ao novo projeto de nação proposto pelo governo, baseado na diversidade do país. Propõe que seja revista a distinção entre cultura de elite, popular e folclórica no contexto moçambicano, pois ela nada revela de consistente quando observado o que os músicos e suas audiências estão de fato fazendo. Nesse sentido, em sua ótica, basear as diferenças entre “Beethoven, Marrabenta e Timbila” nessa estrutura de classificação ideológica é completamente inútil e irreal. A política cultural proposta pelo governo deveria levar em conta as várias expressões, rurais e urbanas, e seus diferentes estilos, atentando também para os diversos grupos etnolinguísticos espalhados pelo país. Sem utilizar a palavra festival, tampouco citando algum evento específico, Waterman afirma:

É sempre bom realizar grandes espectáculos públicos, nos quais grupos de várias regiões do país competem pela honra de actuarem a nível nacional. Mas não é nada benéfico que os artistas pensem que o seu trabalho termina quando as luzes do estádio se apagam. A cultura é um processo e não um momento. Se quisermos entender a relação entre a música e a realidade dos povos, devemos escutar o que os povos pretendem transmitir na sua música e nas histórias da vida quotidiana. Para tal é necessário um investimento na investigação e educação e não nos limitarmos só a fazer *slogans*.

A experiência dos guitarristas emigrantes que trabalham na África do Sul, dos músicos das cidades cosmopolitas de Maputo, Beira e Nampula e dos músicos do campo, que são os guardiões das tradições locais, encontra-se reflectida na sua música. E a música verdadeira, tocada pelo povo verdadeiro quase sempre

torna difícil distinguir as fronteiras entre a cultura “superior” e “inferior” (Doc. 18/CNC/93, p. 7).

No fundo, a proposta do etnomusicólogo era de que o Estado incorporasse, na formulação de suas políticas, as demandas dos que seriam os seus beneficiários, mais especificamente, que não apenas propusesse, de cima para baixo, o que se imaginaria ser o melhor para os diversos grupos sociais. Sugere que os governantes levem a sério o conceito antropológico de cultura, tal como discutiu em sua comunicação. Mas isso é possível no contexto moçambicano? É viável um projeto com tamanha ambição e com essas bases, considerando a trajetória política do país? Essas não foram questões colocadas pelo autor.

Por fim, abordarei o conteúdo da comunicação de Elikia M'Bokolo<sup>91</sup>, denominada “*Ethnie et Pouvoir*”. O historiador inicia afirmando que a questão étnica é umas das mais importantes na África contemporânea. Nos quarenta anos que antecederam o ano de 1993 muitas ideias sobre o tema foram elaboradas e difundidas, o que demonstra sua complexidade. Durante a primeira parte da sua intervenção, apresenta um panorama diversificado do uso da palavra etnia e o modo como foi utilizada em diferentes momentos da história africana. No contexto das independências no continente, etnia foi considerada tradição, arcaísmo, e passou a ser rejeitada, pois não coadunava com o espírito de “modernidade” que a nação precisava para ser construída. Para alguns, ela tinha sido uma criação exógena, produto do imperialismo, o que justificava combatê-la com ainda mais veemência. No final da década de 1980, aponta M'Bokolo, o tema parecia estar na moda: falava-se muito de etnicidade, mas como algo positivo, algo que poderia ser reivindicado nas esferas de poder.

Uma visão mais estreita alinha a preservação das etnias à preservação de grupos linguísticos, como se essas duas dimensões estivessem sobrepostas e se confundissem entre si. Nesse sentido, o que é demandado ao poder político e às autoridades é a idealização de uma política de reconhecimento e de defesa de etnias que se configura essencialmente como uma política linguística, uma política de promoção e de defesa das

---

91 Historiador; colaborador na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris; professor no Institut d'Études Politiques de Paris e no Institut de Relations Internationales et Stratégiques (IRIS); professor da Universidade de Kinshasa.

“línguas nacionais”. De acordo com essa perspectiva, a política cultural seria uma política linguística por excelência. A crítica a essa visão reclama que a etnia jamais pode ser reduzida a uma língua, pois ela é uma cultura, uma maneira de ser, um modo de vida, sistemas particulares de determinadas organizações sociais; nesse caso, argumenta que a reivindicação política ligada à etnicidade se mostra mais radical. Assim, para preservar uma cultura étnica seria preciso transformar profundamente a estrutura do Estado de modo a garantir às etnias o máximo de autonomia para que pudessem se autogerir. É essa alteração na organização dos poderes que leva à discussão do orador a respeito das questões em torno do federalismo, da nacionalidade e da descentralização.

M’Bokolo argumenta, portanto, que há um debate mais amplo em torno da etnia, um debate cujas questões remetem, em toda a África, ao futuro global dos Estados e das sociedades. Trata-se de um debate perigoso na medida em que as ciências sociais são constantemente chamadas pelas políticas e utilizadas para justificar determinadas posições; mesmo assim, é nele que o autor quer contribuir. Seu argumento central é que devemos considerar a etnia não como estados de natureza, mas como processos. Considerando que as etnias têm uma história, sua existência não é fixa e muito menos dura por toda a eternidade: elas nascem, desenvolvem-se, transformam-se, misturam-se umas às outras e também podem desaparecer. Moçambique, segundo o historiador, teria visto nascer no século XIX inúmeras formações étnicas cujos efeitos na memória não estão distantes dos debates que estavam sendo realizados na Conferência.

O palestrante recua seu olhar para a história da África pré-colonial e discute como o “problema étnico” que tanto fascina na atualidade é um problema muito antigo no continente africano. Assinala que em muitas línguas africanas a palavra utilizada para designar etnia é a mesma que designa nação; ampliando ainda mais o escopo de acepção da palavra, M’Bokolo afirma que na maior parte das línguas bantu, as palavras utilizadas para se referir a nação, cidadania, origem e etnia são as mesmas. “Portanto, poderíamos dizer que para nós, africanos de hoje, nossas et-

nias são, por assim dizer, ‘nações’ constitutivas dos ‘Estados’ atuais” (Doc. 13/CNC/93, p. 4)<sup>92</sup>.

A colonização teria, no século XIX, atribuído a certas etnias características de nações — um território, uma língua, usos e costumes comuns, uma comunidade de origem —, mas considerando-os menos que nações, pior que as verdadeiras, às quais a Europa naturalmente ofereceria os modelos completos. “As etnias eram, no fundo, nações de menor valor” (Doc. 13/CNC/93, p. 4)<sup>93</sup>. As elites africanas, da qual o orador diz fazer parte, acabaram por se apropriar do “patrimônio intelectual da colonização”, frequentemente considerando também as etnias como nações inferiores. E enquanto nações não verdadeiras, era preciso aboli-las para que pudessem emergir, nos territórios provindos da colonização, aquelas verdadeiras.

O problema se torna mais complexo quando se constata que as lutas pelas independências recrutaram seus quadros e militantes segundo certas “etnias” e “regiões”, gerando um desequilíbrio na implantação geográfica dos movimentos; todos aqueles envolvidos na batalha político-militar que foram chamados para exercer o poder político do país, assim que finalizasse a guerra, eram provenientes de determinadas partes do território, em detrimento de outras. Dessa forma, o movimento de liberação que se auto atribuía o dever de liberar a “nação” da ocupação colonial, cingiu-se de bases bem mais estreitas que o território nacional, bases étnicas e regionais.

O orador tece algumas observações que, segundo ele, caracterizam a maior parte dos países africanos. Em primeiro lugar, afirma que o continente se encontra em uma crise do conceito de nação e de toda a ideologia da construção nacional; não se sabe muito bem o que se quer com esses termos, tampouco que ações deveriam resultar. O surgimento do conceito em África é contemporâneo da luta pela independência, portanto tinha uma dimensão combativa, militante, sendo sua formulação forjada a partir de um movimento de oposição à dominação estrangeira. Pouco tempo depois a referência à nação se torna um alibi, um instrumento de legitimação dos regimes de autocracia e ditadura. Nesse momento (ou

---

92 Tradução minha do original: “Donc on pourrait dire que, pour nous autres, Africains d’aujourd’hui, nos ethnies sont en quelque sorte des ‘nations’ constitutives des ‘Etats’ actuels”.

93 Tradução minha do original: “Les ethnies c’étaient donc au fond des nations au rabais”.

seja, 1993), em que a maior parte dos países adotaram o multipartidarismo em suas constituições nacionais, assim como a liberdade de opinião e outras benesses da democracia, definir e explicitar o que pode estar associado ao conceito de nação é muito difícil.

Ainda sobre a luta pela independência, M'Bokolo aponta que as clivagens políticas são postas de lado a favor da emancipação política, seja em nome de grandes ideologias, como o comunismo, o socialismo, o liberalismo etc., seja em nome dos equilíbrios étnicos para preservar o poder conquistado das mãos dos colonizadores. Em muitos lugares, a instauração generalizada do monopartidarismo e dos regimes autocráticos foi acompanhada da constituição de redes clientelistas fundadas em alguns casos sob a etnicidade. O palestrante argumenta que a interpretação dos sistemas políticos africanos em termos de etnicidade tornou-se senso comum, o que dificultou uma leitura mais acurada — e crítica — acerca dos interesses em jogo nessa questão. Na maioria dos casos, argumenta o historiador, quando se analisam as estratégias políticas em torno dos interesses em jogo, o que está em causa é o poder, não a etnia.

Menciona, ainda, que essa crise, generalizada no continente africano, demonstra-se bastante viva em Moçambique, onde há um grande debate em curso: o que constitui a nação moçambicana e o que é necessário fazer para que as pessoas continuem a viver juntas? Na sequência a essa discussão, expõe a questão do federalismo, outro modo de organização do território nacional que a África teria importado e consumido. Novamente, impõe-se o problema da importação sem reflexão. Muitos asseveram que, como o processo étnico continua operando, a divisão do território em determinados espaços geopolíticos se confunde com a divisão étnica, ou seja, os espaços federados seriam coincidentes com o agrupamento de etnias que tivessem algo em comum.

Assim, progrediria a ideia de que nesses territórios somente os originários do lugar e os “cidadãos dessas etnias” seriam beneficiários dos direitos políticos. Nesse caso, em que a consciência étnica se conecta ao federalismo, existe o risco da reprodução de aspectos vinculados à autoctonia, que carrega consigo aspectos de intolerância, manifestações de xenofobia e outros elementos de purificação. Essa seria a manifestação da etnicidade como um mal na contemporaneidade. Decorrente dessa

exposição, o palestrante questiona: no caso da acolhida a esse tipo de federalismo, poderia haver no mesmo país duas cidadanias diferentes, ou seja, uma cidadania “nacional”, forjada nos territórios atuais resultantes da colonização, e cidadanias “particulares”, associadas a autoctonias específicas, que tivessem seu valor fundado nos espaços étnicos federados interiormente ao Estado?

Para finalizar, o expositor elabora uma breve reflexão sobre “identidades”. Recorrendo ao que já havia discutido sobre a situação atual das sociedades africanas, afirma que ela se caracteriza pela existência de diversos níveis de identidades, que se manifestam do ponto de vista de classe, de status, de herança, de escolhas pessoais, do ponto de vista da religião, entre outras, configurando um ambiente extremamente heterogêneo. Essas identidades atravessam todo o corpo social, misturam-se umas às outras, sobrepõem-se, e se manifestam na vida social a partir de interesses específicos, de cálculos econômicos, de estratégias familiares e de poder. Exemplifica com o caso da guerra em Moçambique. Se a uma jovem, que foi “deslocada” pela guerra e vive em Maputo há 15 anos, fosse dirigida a questão “quem você é?”, ela poderia responder várias coisas ao mesmo tempo, como “Eu sou jovem”, ou “Eu sou uma mulher”, ou “Eu sou uma deslocada [de guerra]”, ou “Eu sou moçambicana”, ou “Eu sou africana” etc. Assim, a resposta sempre dependerá da situação porque, como todas as identidades, argumenta M’Bokolo, a identidade étnica é produzida por um efeito situacional. Conclui, então, que

Ao nível de cada indivíduo, assim como ao do grupo, ele [o sujeito, ou o grupo] sempre traduz uma escolha correspondente a uma dada situação e a uma estratégia mais ou menos explícita.

Cabe ao poder político, portanto, elaborar as estratégias culturais que permitam que essa coexistência potencialmente conflitante entre essas múltiplas identidades se torne uma síntese capaz de fortalecer um país ou um Estado (Doc. 13/CNC/93, p. 10)<sup>94</sup>.

<sup>94</sup> Tradução nossa do original: “*Au niveau de chaque individu, comme à celui du groupe, il traduit toujours un choix correspondant à une situation donnée et à une stratégie plus ou moins explicite. Il appartient donc au pouvoir politique d’élaborer les stratégies culturelles qui permettront de faire en sorte que cette coexistence potentiellement conflictuelle entre ces multiples identités devienne une synthèse susceptible de faire la force d’un pays ou d’un Etat.*”

Sugere três propostas de ações práticas para enfrentar as questões abordadas durante sua exposição. A primeira trata-se da realização de pesquisas que busquem analisar criticamente o significado e conteúdo de temas como etnia: quando se fala de etnias, estamos a falar de quê, exatamente, grupos linguísticos, grupos culturais, nações? Defende que já possuem (os moçambicanos? Os africanos?) condições de desenvolver pesquisa de alto nível sobre essas questões, mas alerta que devem ser investigações voltadas a problemas atuais, ou seja

Não se trata de estudar os yaos, os chopos, os shanganas ... pelo prazer de estudá-los, como estudaríamos insetos em um laboratório: é necessário buscar conduzir os conhecimentos que sejam eficazes para a construção do Estado e da sociedade vindoura (Doc. 13/CNC/93, p. 11)<sup>95</sup>.

A segunda proposição é a ideia de se reformular a concepção sobre nação, desenvolver uma noção mais “audaciosa”, que leve em consideração as diversas diferenças que se expressam no território. Em terceiro lugar, sugere a necessidade de se conceber uma gestão diferente do território. Entre a larga escala do Estado e aquela mais estreita, a dos espaços étnicos, há muitos níveis de espaço a inventar, algo que vá além do federalismo, e que busque efetivamente implementar o exercício da cidadania em nível local, onde o poder está mais próximo aos cidadãos. Mas quem são esses cidadãos? M'Bokolo sugere algo bastante elaborado no sentido de que o país encontre novas formas para ser governado, mas utiliza os mesmos termos que conformam o modelo de administração que ele critica. E qual seria essa nova concepção sobre nação?

\* \* \*

Antes de avançar para a próxima seção, farei algumas reflexões sobre as três comunicações e as posições sociais de seus oradores. As questões elaboradas acima evidenciam parte do caráter desmedidamente intelectualizado da Conferência observado de modo geral nas palestras nela

---

<sup>95</sup> Tradução nossa do original: “*Il ne s’agit pas d’étudier les Yao, les Chope, les Shangaan... pour le plaisir de les étudier, comme on étudierait des insectes dans un laboratoire: il faut chercher à déboucher sur des connaissances qui soient efficaces dans la construction de l’Etat et de la société de demain*”.

proferidas. As sugestões e elaborações dos palestrantes convidados (intelectuais internacionalmente reconhecidos) revelaram menos um compromisso com a efetivação de propostas práticas do que uma demonstração de alinhamento ao discurso democrático da moda revestido com lampejos de subalternidade.

A respeito de Luís Bernardo Honwana, é no mínimo curioso que um expoente da Frelimo no pós-independência, tendo trabalhado diretamente com Samora Machel no seu gabinete central, tenha alterado seu discurso e envolvimento político em relação à criação do homem novo para uma comunicação pública defendendo um projeto de unidade nacional com bases multiculturais. Essa reorientação ideológica da Frelimo, entretanto, foi vivida de forma quase generalizada por vários dos integrantes do partido, à exceção de uns pouquíssimos que não se conformaram com os novos rumos seguidos por ele. Como discuti anteriormente, a sugestão de Honwana para a construção de uma política cultural em Moçambique se dava no sentido de intervenções estatais que considerassem as diversas “identidades culturais do território”. Ora, essa perspectiva se afasta completamente da ideia de homem novo, um ser que deveria abdicar de todos os seus vínculos regionais, étnicos, entre outros, para se sentir verdadeiramente moçambicano.

Com a morte de Samora em 1986 e as muitas mudanças em termos econômicos e políticos pelas quais a Frelimo enfrentou, Honwana, assim como muitos membros do alta escalão do governo, viram-se impelidos a se adaptarem à nova ideologia de elogio à diversidade. No fundo, essa foi uma estratégia conjunta de manutenção no poder, por isso não significou um rompimento com o Partido. Diante do novo contexto, essa visível mudança de discurso e posicionamento público permitiu que as lideranças da Frelimo continuassem a gerir seus interesses políticos e posições de prestígio. A lógica seguida pode ser explicada da seguinte maneira: as alterações em algumas características do sistema — ou seja, alterar algumas diretrizes do Partido — não afetariam necessariamente a continuidade da estrutura (o Partido continuaria no poder, assim como os seus membros). Não podemos desconsiderar também que os dirigentes que não concordavam com as diretrizes de Samora, mas mantinham-se fiéis

ao governo da Frelimo, não se constrangeram em adotar novas posições diametralmente opostas àquelas inicialmente assumidas.

Havia uma expectativa, por parte dos organizadores da Conferência, de que o encontro poderia lançar luz sob um conceito de cultura que refletisse “a experiência e dinâmica dos moçambicanos” (Tempo, nº 1171). A esperança de certos membros do governo era que, se os especialistas convidados solucionassem a questão da definição da cultura em Moçambique, a política cultural seria construída a partir desse alicerce sólido, podendo resolver o problema da unidade nacional de uma vez por todas. A busca pela “identidade cultural do povo moçambicano”, constituidora da ideia de moçambicanidade, determinou o tom de todo o evento. Uma das principais justificativas para a realização da Conferência foi

passar em revista a interpretação do conceito de Cultura e fazer propostas de uma nova aceção em sua substituição. Elaboraões e caracterizaões de vários cientistas sociais de diversos quadrantes e escolas de pensamento têm oferecido várias definiões do conceito contando-se, neste momento, mais de 150, segundo Kroeber e Kluckhohn. [...] (Moçambique é caracterizada) pela quase total ausência de elaboração teórica sobre o conceito, mesmo que referência à “nossa cultura” sejam abundantes tanto no discurso oficial (orientaões partidárias, textos legais e intervenões de dirigentes) como no não oficial. Na linguagem comum, existe marcada tendêcia para se reduzir o conceito de cultura apenas às artes, com especial relevo para a música e a dança. A CNC deverá transcender esta visão [...] (Tempo, nº 1181, 11 de julho de 1993, p. 33).

Waterman, cientista social norte-americano — e, como ele próprio afirmou, sem nenhuma experiência de pesquisa sobre o contexto em pauta — foi um dos responsáveis por conduzir esse debate espinhoso. Contrariando as expectativas, o orador não propôs nenhuma definição nova e atual, tampouco refletiu sobre exemplos da vasta produção antropológica existente até o início dos anos 1990. Ao invés disso, forneceu um conceito de cultura “no sentido antropológico” bastante datado, com viés funcionalista, e sugeriu que os governantes moçambicanos o levassem a sério:

“padrão aprendido de ideias, valores, emoções e hábitos que nos permitem fazer, de uma maneira mais flexível, aquilo que o instinto permite às outras espécies fazer”. Sua percepção simplista e simplificada acerca da noção de relativismo cultural tampouco frutificou o debate.

Em artigo publicado em 1974, Roger Keesing questionava a ideia segundo a qual “uma cultura” é uma herança comum das pessoas que integram uma sociedade em particular. O autor afirmou, além disso, que a visão holística e humanística de cultura sintetizadas por Kroeber e Kluckhohn incluem muitas coisas, demasiado difusas, dificultando separar analiticamente os emaranhados fios da experiência humana ou interpretar os desenhos nos quais eles são tecidos (Keesing, 1974, p. 73). A discussão apresentada no artigo é baseada em reflexões sobre questões antropológicas clássicas centradas em quatro áreas focais: culturas como sistemas adaptativos, culturas como sistemas cognitivos, cultura como sistemas estruturais e culturas como sistemas simbólicos.

Sherry Ortner, dez anos depois, publica um denso e instrutivo artigo no qual analisa um conjunto de importantes novidades teóricas surgidas na antropologia no início dos anos 1960. Até o final dos anos 1950, explica a autora, as pesquisas antropológicas se pautavam em três paradigmas: 1) o funcionalismo estrutural britânico (cujos maiores expoentes foram Radcliffe-Brown e Malinowski); 2) antropologia cultural e psicocultural norte-americana (Margareth Mead, Ruth Benedict *et al.*); 3) antropologia evolucionista norte-americana (Leslie White e Julian Stewart). A partir de 1960, resultado de uma “combinação de novas ideias e agressividade intelectual” (Ortner, 1984, p. 128), três movimentos passaram a fazer parte da disciplina: a antropologia simbólica, a ecologia cultural e o estruturalismo.

Longe de querer esgotar os argumentos, análises e reflexões desses dois autores a respeito do movimento teórico no campo disciplinar da antropologia até 1993, destaquei esses dados no intuito de problematizar a discussão de Waterman em sua comunicação na Conferência. No lugar de discutir as várias escolas, noções, movimentos e perspectivas que a antropologia dispunha até aquele período, o etnomusicólogo preferiu se concentrar em uma definição estreita e anacrônica. Quiçá essa abordagem se relacione à percepção do orador; à época, a respeito da precariedade da dis-

cussão sobre o conceito de cultura no contexto moçambicano, ou seja, não havendo nenhuma abordagem antropológica de cultura vigente, fornecer uma primeira noção poderia significar um avanço. Sua perspectiva pouco desenvolvida de “multiculturalismo crítico”, aliás, se ancorou muito fragilmente na ideia de que uma política cultural deveria abandonar “ideologias eurocentristas de cultura” que, segundo ele, ainda imperavam no país.

Por fim, as reflexões sobre autonomia étnica e descentralização defendidas por M’Bokolo. O historiador sugere que a estrutura do Estado deveria ser transformada para que “as etnias” tivessem mais autonomia de gestão nos seus territórios. Distante da perspectiva dos dirigentes da Frelimo, essa reflexão foi o foco dos artigos de uma coletânea publicada em 1996 em Maputo, ou seja, três anos após a realização da Conferência<sup>96</sup>. No primeiro capítulo, o editor da obra, José Magode, explica ao leitor que as reflexões dos autores no livro estão todas voltadas à inadequação do modelo de Estado-nação “em espaços em que é inevitável a afirmação do pluralismo cultural” (Magode, 1996, p. 11) como é o caso de Moçambique. Assim, há um consenso entre os autores no sentido de que se deveria criar estruturas (essencialmente jurídicas, mas também políticas) “que permitam ao Estado uma configuração apropriada ao espaço moçambicano, que é histórica e essencialmente pluri-étnico” (Magode, 1996, 12).

Muito embora nenhum grupo étnico tenha reivindicado sua “autonomia” em relação ao governo da Frelimo, esse debate se encaixava bem naquele momento e no interior da democracia nascente, por pelo menos dois motivos. Em primeiro lugar, porque o reconhecimento público de grupos diferenciados culturalmente dentro de um território rompia com a obscura e enigmática ideia de “povo moçambicano” criada e reproduzida por Samora. Como segundo motivo, ressalto — em menor medida que o primeiro, mas ainda assim importante — a necessidade de substituição do vocabulário que classificava indivíduos africanos como indígenas, praticantes de usos e costumes (conforme o linguajar jurídico forjado no colonialismo), por outro que refletisse a participação dos sujeitos com cultura no projeto de construção nacional. Macagno (2014, p. 254) discute como é justamente nesse contexto de uma “nova pedagogia

---

96 Cf. Magode (1996).

democratizadora” que uma “renovada linguagem etnicista é construída”. Em nenhum dos dois casos que abordei, entretanto, seja na comunicação de M’Bokolo, seja nos artigos da coletânea, há considerações sobre como efetivar esse Estado pluriétnico ou multicultural. Vejamos a seguir como a política cultural de Moçambique foi consolidada.

## **A política cultural moçambicana**

A “Política Cultural e Estratégia de sua Implementação” foi aprovada pelo Conselho de Ministros e publicada no Boletim da República, publicação oficial da República de Moçambique, em 10 de junho de 1997 (Resolução nº 12/97). Seu texto incorporou grande parte do conteúdo que havia sido previsto no documento “Proposta de Política Cultural de Moçambique” (produzido previamente à Conferência), incluindo as prioridades do governo voltadas ao “desenvolvimento cultural” no que diz respeito à(s)/ ao: pesquisa sociocultural; preservação e divulgação do patrimônio cultural (monumentos, sítios, locais históricos, museus, arquivos, folclore, traje e culinária típicos, rituais, crenças, medicina tradicional, pode tradicional, línguas nacionais); criação e interpretação artísticas (música, dança, teatro, artesanato, artes visuais); associações de interesse cultural; formação artística e profissional; participação da comunidade; desenvolvimento de redes de instituições culturais; cooperação e intercâmbio internacionais; indústrias culturais (espetáculos culturais e recreativos, cinema e audiovisuais, estúdios de gravação musical, fabrico de instrumentos musicais); literatura e livro.

Antes de passar à descrição das estratégias de implementação, farei alguns comentários sobre o texto de abertura do documento, assim como sobre a definição de cultura nele contida. Dois instrumentos legais são mencionados de forma a legitimar o conteúdo da política cultural oficial: a Constituição da República e o Programa Quinquenal do Governo. No tocante à primeira, o documento assevera que ela estabelece o princípio de promoção do “desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais” pelo Estado, além de garantir a livre expressão das “tradições e valores da sociedade moçambicana”. O Programa Quinquenal, por seu turno, é o dispositivo pelo qual o governo “reafirma o valor da cultura e a necessidade de criação de condições para uma maior participação criativa, livre e democrática de

cada um e da sociedade civil no seu conjunto”, além de garantir o “respeito pela diversidade de confissões religiosas e de origens étnicas”. Vemos, desde já, que os valores e noções norteadores dessa política são justamente aqueles que entraram na pauta do governo no pós-guerra.

O uso imoderado do termo sociedade civil desde esse momento até os dias atuais revela uma face, no mínimo, curiosa das estratégias do Estado na elaboração de um discurso de participação popular e integração de todos os grupos sociais no projeto de construção nacional. Mas sua definição continua em suspenso; ora entendemos que se trata de todos os “cidadãos” moçambicanos, ou seja, todos os indivíduos que nasceram e vivem em território nacional, outras vezes sua utilização se refere somente a associações organizadas e reconhecidas pelo Estado. São ainda consideradas sociedade civil, com certa frequência, as congregações religiosas. O termo foi abordado de diferentes maneiras no dossiê da “timbila chope” produzido pelo governo moçambicano e enviado em 2004 à Unesco (v. capítulo 4).

Vejamos como cultura foi definida no documento da política cultural:

A Cultura define-se como sendo um conjunto complexo de maneiras de ser, estar, comportar-se e relacionar-se desde o nascimento até à morte passando pelos rituais que marcam os principais momentos do processo da integração social e de socialização. A cultura compreende: os aspectos criativos; as artes visuais e cénicas; os materiais: vestuário, arquitectura e instrumentos de trabalho; os institucionais: as estruturas económicas, sociais, políticas e militares; os filosóficos: ideias, crenças e valores. Estes aspectos estão em constante interacção com novas realidades e experiências. Por isso, a Cultura deve ser entendida como sendo a totalidade do modo de vida de um Povo ou Comunidade (BRM, Resolução nº 12/97, de 10 de junho).

Como podemos observar, os redatores dessa parte da política buscaram incluir tudo e todos na definição. A transcendência da dança, da música e das artes plásticas como constituidores do conceito de cultura não se cumpriu; a essas expressões foram agregadas outras tantas de maneira fragmentada e confusa. Assim, ao invés de explicar e explicitar a relação desse conceito com os modos como ele poderia ser usado em

prol dos beneficiários da política pública a ser implementada, o governo propôs um texto vago, muito amplo e genérico que nada diz sobre os contextos moçambicanos particulares. A despeito da minha concordância com a reflexão de Macagno (2014, p. 266) segundo a qual as “políticas culturais e as análises sobre a cultura não compartilham a mesma temporalidade”<sup>97</sup>, não poderia deixar de apontar essa dinâmica conservadora que acompanha as ações estatais na área da cultura.

Sobre as estratégias de implementação da política cultural, o documento enfatiza a importância da formação de quadros para desenvolver todas as capacidades que as atividades propostas exigem. Para tanto, afirma-se que serão formados professores de educação artística e técnicos nas áreas de arqueologia, antropologia, linguística, etnomusicologia, história da arte, museologia, planificação e administração cultural, biblioteconomia, documentação e sociologia. A principal estratégia apontada para que as ações possam ser implementadas trata-se da articulação do setor público com o setor privado e a “comunidade”, assim como a coordenação com outros setores além do cultural e a criação de mecanismos de financiamento.

O termo “comunidade” é substituído por “sociedade civil” no parágrafo seguinte. Assim, para que haja “desenvolvimento cultural”, é preciso que Estado e sociedade civil atuem “em coordenação e complementaridade”. Compete a cada um deles:

#### 8.1.1. Competências do Estado

No âmbito da implementação da política cultural, compete ao Estado:

Preparar e aprovar a legislação e instrumentos que regulem o financiamento da cultura, o estatuto social dos artistas e criadores, o funcionamento das instituições culturais, assim como ratificar as pertinentes convenções e recomendações internacionais sobre vários aspectos da vida cultural;

---

<sup>97</sup> O autor afirma ainda que “há, entre ambas, um descompasso em relação ao qual não podemos permanecer indiferentes. O exibicionismo exacerbado das políticas culturais — sempre acompanhado por uma parafernália de ONGs e grandiloquentes discursos sobre o *empowerment* — tem deixado, muitas vezes, a ponderada e silenciosa reflexão antropológica sem capacidade de reação. Entre o ‘uso’ da cultura e a sua ‘análise’ existe uma imensa distância que nem sempre pode ser percorrida sem percalços” (Macagno, 2014, p. 266).

Criar um quadro legal que irá orientar as partes intervenientes no processo de desenvolvimento social, cultural, político e económico do país;

Aprovar legislação para a promoção, defesa e preservação do património cultural e fiscalizar o seu cumprimento no âmbito das competências do Conselho de Ministros definidas na constituição;

Criar instituições culturais como museus, bibliotecas, Casas de Cultura, escolas artísticas, galerias e teatros;

Promover e encorajar a promoção de intercâmbios culturais entre grupos nacionais e estrangeiros;

Negociar e assinar acordos e outros dispositivos afins para o intercâmbio cultural com outros países e regulamentar o funcionamento de centros culturais estrangeiros;

Promover concursos e festivais, por forma a estimular o interesse pelas expressões culturais e artísticas;

Promover a investigação sócio-cultural e histórica;

Promover a grafia e pronúncia correcta dos nomes clânicos e geográficos, como forma de respeitar a riqueza linguística e a diversidade étnica do país.

### 8.1.2. O papel da Sociedade Civil

No processo de implementação desta Política Cultural, a Sociedade Civil poderá contribuir com a criação de instituições vocacionadas ao desenvolvimento e promoção da cultura nacional no país e no estrangeiro, organização de associações e formação de empresas para a divulgação, preservação e valorização da cultura moçambicana. Poderá igualmente promover a educação patriótica e cultural dos cidadãos, de modo a que estes tenham uma maior consciência sobre a importância e valor do património nacional; e contribuir para o financiamento de acções de formação de quadros nacionais, no âmbito da educação artística e da administração cultural.

A Sociedade Civil tem também o direito e o dever de promover, patrocinar e realizar iniciativas culturais, nos vários domínios, tais como festivais, concursos, debates, mesas redondas, tertúlias, concertos, exposições e participar nas actividades de coordenação e de avaliação do impacto do trabalho cultural na sociedade moçambicana.

Como podemos observar, em linhas gerais, as competências aprovadas seguem o que já constava na “Proposta de Política Cultural de Moçambique” e demonstram a ambição do governo em oficializar o seu compromisso com a pauta da democracia e da participação social na área cultural. Considerando todas as instituições financiadoras da Conferência, difícil imaginar como poderia ser diferente. Exceto pela novidade terminológica que aparece na alínea i) referente às competências do Estado (nomes clânicos), tudo parecia estar previamente elaborado, sem muitas incorporações do conteúdo das comunicações apresentadas durante a Conferência. A “sociedade civil”, esse coletivo indefinido cuja responsabilidade pela realização de atividades fundamentais à implementação da Política soa imensa, ainda merece ser o foco de muita reflexão.

Alguns anos mais tarde, mais especificamente em 2012, o Conselho de Ministros aprova um robusto documento denominado “Plano Estratégico da Cultura 2012-2020”, produto do trabalho de gestores do recém-criado Ministério da Cultura. A tônica do livreto é apontar que a cultura desempenha um papel central para a produção econômica dos “operadores ligados aos sectores de actividade cultural” — podendo contribuir inclusive para fortalecer o PIB do país — e propor orientações e estratégias direcionadas aos setores público e privado e a parceiros internacionais para alcançar o “progresso social”.

Na Introdução do documento, lê-se:

Apesar da longa experiência de administração e promoção cultural alicerçada nos primórdios da Luta de Libertação, a Cultura não tem sido compreendida nem considerada como um aspecto relevante para a vida dos moçambicanos e, conseqüentemente, como factor de desenvolvimento.

Apesar de constituir uma prioridade do Governo, a Cultura tem sido maioritariamente referenciada no seu lado folclórico apenas, as ditas “actividades culturais”, como se tem ouvido dizer e observado. Sendo a Cultura, até ao momento, vista como um conjunto de danças e cantares populares e pouco mais, conseqüentemente não tem tido o devido espaço nas prioridades e projectos de desenvolvimento governamentais, limitando-se a ocupar o último espaço nos assuntos que mexem com a vida dos moçambicanos.

O documento aponta que uma parte muito exígua do orçamento tem sido destinada ao setor da cultura e essa situação, somada às deficiências materiais e humanas, impossibilitam a efetivação das políticas setoriais. Outros problemas foram elencados: falta de vontade política, falta de orientação clara às instituições da área da cultura em relação às suas atribuições e falta de treinamento dos funcionários dos governos provinciais em relação à política cultural. Para enfrentá-los, o Plano Estratégico propõe uma série de atividades que devem ser realizadas, além de explicar detalhadamente a importância de cada uma delas na geração de renda e enumerar e descrever as competências das instituições vinculadas ao Ministério da Cultura.

Apesar de todas as melhorias propostas, o documento assevera a necessidade de elaboração de uma nova Política Cultural, pois a que está em vigor “foi inspirada pela necessidade de afirmação da moçambicanidade, que caracterizou os primeiros anos da independência, tornando a Cultura como factor determinante de construção da identidade nacional” (p. 34). Afirma, ainda, que o papel desempenhado pela cultura na sociedade mudou muito: atualmente ela se enquadra num sistema socioeconômico, o que exige

o lançamento dum amplo processo de reflexão e discussão, para propor à sociedade moçambicana uma nova abordagem sobre as questões fundamentais relacionadas com a Cultura no país. [...] O processo de desenvolvimento de uma nova Política Cultural é, fundamentalmente, aberto e participativo.

Quando a avaliação acerca das ações do setor não é positiva, a solução parece sempre ser a proposição de mais debate, de mais definição, de mais legislação. Não se define exatamente quem é a sociedade civil, e espera-se que o processo para elaboração de políticas públicas seja participativo. Mesmo que tentemos imaginar respostas para essas questões, só conseguiremos avançar na reflexão sobre elas quando analisarmos casos concretos. É o que me proponho a fazer no próximo capítulo. A recente aprovação, pelo Conselho de Ministros, da Política das Indústrias Cultu-

rais a Criativas<sup>98</sup>, e a conseqüente criação, no âmbito do Ministério da Cultura e Turismo<sup>99</sup>, de um Departamento exclusivo para tratar dos assuntos voltados a essa nova atribuição pública do Estado não deixam dúvidas em relação a essa inflação de normativas a que me referi.

Ainda é cedo para analisar os possíveis efeitos gerados por essa política em distintos níveis. Seu objetivo mais amplo, e seguindo as diretrizes do atual Ministério onde está alocada, é criar modos de produção de renda a partir de atividades culturais variadas. Dentre os atores responsáveis pela sua implementação, são indicados na Resolução, além do governo, do setor privado e dos parceiros nacionais e internacionais, associações culturais e as comunidades<sup>100</sup>. É significativo observar o desaparecimento da ideia de sociedade civil desse texto. Deixo apenas registrado esse apontamento, mas futuramente poderia ser produtivo investigar a que se devem essas transformações terminológicas, quem são os sujeitos por elas englobados e quais as ressonâncias (se é que existem) desses termos na vida cotidiana.

Seguindo orientações do órgão central, as Direções Provinciais de Cultura e Turismo passaram a contar com uma Coordenação de Indústrias Culturais e Criativas. No caso da província de Inhambane, esse setor era composto por uma chefe e dois técnicos, os quais se ocupavam, na maior parte do tempo que pude acompanhar, da organização de feiras de artesanato, de festivais e demais atividades voltadas à promoção do desenvolvimento econômico.

Através da leitura dos documentos, notícias e discursos que materializaram os princípios e diretrizes dos festivais de cultura, que serão tratados no próximo capítulo, verificamos que o conteúdo que será mostrado no evento do qual participei em 2018 — ou seja, todas as expressões culturais — é definido como parte do “patrimônio cultural moçambicano”.

---

98 Resolução nº 36/2016, de 12 de dezembro, Boletim da República 148 I. De acordo com essa Resolução, a Política das Indústrias Culturais e Criativas “define a visão, missão, princípios orientadores, áreas e prioridades estratégicas com base na sua dinâmica e capacidade de se constituírem em pontes firmes para a transformação paulatina do sector da cultura num instrumento de crescimento económico, catalisador de identidade nacional, mobilizados e indutor de novas tecnologias economicamente produtivas e rentáveis, sendo entre elas, as indústrias de música, da dança, do teatro, audiovisual, espectáculos, editorial e gráfica, artesanato, modo e gastronomia”.

99 O Ministério da Cultura e Turismo foi criado pelo Decreto Presidencial nº 1/2015.

100 “As comunidades têm um papel fundamental da exaltação da moçambicanidade e constituem uma representação inequívoca da diversidade cultural tanto pela diversidade linguística como pelas práticas culturais tais como dança e culinária” (Resolução nº 36/2016, Item 2.6.4).

Embora, como veremos, a partir de 2008 o Festival tenha passado a incorporar definitivamente a palavra cultura no seu título, abandonando os termos consagrados no pós-independência (dança, música e canção), essas expressões continuam sendo o núcleo das apresentações e das atenções. Nesse ponto, o termo genérico cultura funde-se com a noção de patrimônio cultural. Ainda que a produção e a organização de festivais estejam paulatinamente sendo absorvidos, a partir de 2016, como responsabilidade da Direção Nacional das Indústrias Culturais e Criativas, as expressões artísticas que neles se apresentam são definidas no domínio do patrimônio cultural, cuja acepção é tributária das discussões empreendidas no final da década de 1970 e início de 1980.

## **Apontamentos finais**

Como é que os novos dirigentes do país tentaram preservar a recente unidade histórica, de que se sabiam produtores e depositários, e como conceberam a edificação do novo Estado soberano? Veremos que eles foram incapazes de pensar a construção da nação sem apagar ao mesmo tempo a diversidade e a heterogeneidade concretas e históricas dos grupos sociais que pretendiam unir e integrar sob o signo de uma identidade única, a cidadania moçambicana. Na realidade, esta sociedade colonizada vitoriosa e unida não era homogênea: uma história secular e algumas décadas de lutas sociais em situação colonial dividiam-na... Mas as condições da luta e da vitória foram tais que os dirigentes da Frelimo herdaram o país sem nunca se terem visto confrontados com essa diversidade social, sem terem sido obrigados a assumi-la e a conceber politicamente os seus efeitos. Eles não dispunham praticamente de nenhum mecanismo político ou social de ligação que lhes permitisse reconhecer a existência dos diferentes componentes, por vezes contraditórios, da sociedade colonizada que lhes era dado governar... (Geffray, 1991, p. 15).

Teria a Conferência Nacional de Cultura conseguido adentrar nessas delicadas questões anteriormente ignoradas pela Frelimo? Quais os efeitos gerados pela nova postura do governo da Frelimo que, tendo buscado fundamentação nas aclamadas noções de diversidade cultural e socieda-

de civil, principalmente, selou seu compromisso político com pautas internacionais hegemônicas? Quem são os sujeitos para os quais a política cultural foi desenhada? Como a questão étnica é vivenciada e como se atrela a outros aspectos do domínio da cultura? Como o Estado implementou as tantas atividades previstas no texto final publicado em 1997? Qual o papel das *timbila*, que foram declaradas Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela Unesco oito anos após a oficialização da Política Cultural de Moçambique, no conjunto mais amplo de ações do governo voltadas a outras práticas culturais? Em suma: como se faz a política cultural, na prática?

Se no capítulo anterior vimos que os sentidos atribuídos à noção de cultura estavam voltados ao modo como o governo da Frelimo organizava e classificava expressões culturais “tradicionais” através de pressupostos marxistas, nesse momento do pós-guerra o debate público volta-se para uma percepção de cultura ancorada na reflexão de cunho antropológico, conduzida em grande medida pelos convidados estrangeiros, acerca da diversidade cultural e da importância de sua valorização. Desvinculada do caráter revolucionário atribuído ao termo, a cultura é agora definida de modo a considerar as diferenças e particularidades inerentes aos vários grupos do território. A vinculação a práticas culturais ancestrais, tão condenada anteriormente, passa nesse momento a ser assumida não só como importante para o reconhecimento e a valorização dessa diversidade cultural, mas como um princípio fundamental na configuração do novo projeto de nação.

A polêmica aventada na epígrafe deste capítulo refere-se, entre outras, à discussão sobre quem são, afinal, os indivíduos e grupos sociais que podem se identificar como *moçambicanos*<sup>101</sup>. Não se trata mais, somente, de tocar ou dançar *timbila* ou *mapiko* ou *xigubo*. Outros elementos passam a fazer parte da identificação das pessoas no território, como vinculações políticas, comerciais, religiosas, étnicas etc. Lembremos que o objetivo da Política Cultural era “forjar e promover uma lealdade nacio-

---

101 Ao que consta, houve muita tensão sobre esse ponto na Conferência, principalmente em relação à identificação dos brancos filhos de portugueses nascidos em Moçambique ou nascidos em Portugal que optaram pela nacionalidade moçambicana. Informação confidencial.

nal, dando a cada moçambicano um sentido de identidade, solidariedade e pertença à Nação”.

Por trás de todas as comunicações e demais documentos oficiais da Conferência paira o sentimento (para alguns, convicção) de que a guerra civil explodiu como consequência do fracasso do projeto de nação proposto anteriormente. Nesse sentido, a introdução das noções de multiculturalidade e diversidade cultural caiu como uma luva no pós-guerra. Pau-tados pelo debate internacional da época, os intelectuais moçambicanos mergulharam de cabeça nessas interpretações que viam na valorização da diversidade a tábua de salvação para os problemas que o país enfrentaria. A atmosfera promovida pela realização da Conferência contribuiu para reforçar o pacto do governo moçambicano com o discurso da paz e do respeito à diversidade cultural.

Voltando às *timbila*, como elas se reinventaram nesse novo cenário inaugurado pela Conferência? Conforme apontei no início deste capítulo, a guerra não desestabilizou totalmente sua existência, pois alguns de seus praticantes, ao retornarem da África do Sul, uniram esforços para reintroduzi-la em Zavala e, no limite, em Moçambique. Aquele que mais notoriedade obteve no sentido de divulgar e difundir as *timbila* foi Venâncio Mbande. Além de ter excursionado por vários países da Europa e nos Estados Unidos para tocar e ensinar *timbila*, com a dedicada mediação de Andrew Tracey, Venâncio tornou-se a personificação das próprias *timbila*: de origem chope, vivendo em Zavala, compositor, foco dos estudos de um reconhecido etnomusicólogo, passou a ser o centro das atenções do governo da Frelimo — que o convidou inúmeras vezes para se apresentar em eventos oficiais dentro e fora do país — e da mídia moçambicana.

Sua projeção pode ser compreendida, paralelamente, pelo vácuo de liderança a que as *timbila* se viram relegadas após a independência e com a morte dos principais compositores a ela associados: Cuomocuomo, Cantine, Chambine, entre outros. Embora, no final da vida, tenha criticado publicamente a falta de inventivos do governo às *timbila* — e consequentemente, a ele — não se pode desconsiderar que a trajetória de Venâncio Mbande foi fundamental para reorientar a prática das *timbila* no distrito e sua relação com o governo democrático que se delineava. Voltarei a esse ponto no quinto capítulo.

No próximo capítulo, deixarei de lado o cipoal de documentos oficiais, textos programáticos, conferências públicas e relatórios, muitos deles imbuídos de anseios doutrinários (e proselitismo ideológico, em alguns casos) lançados por instituições e agentes governamentais para mergulhar nas contradições e imponderáveis da experiência vivida de artistas da província de Inhambane, incluindo alguns timbileiros, em sua travessia para o X Festival Nacional de Cultura no Niassa, província localizada no norte do país.

Com isso, descreverei e analisarei diversos dos dilemas envolvidos na classificação das expressões selecionadas para representar a província no evento, as estratégias adotadas pelos artistas de diversas modalidades e de técnicos da área da cultura a nível provincial para realizar uma longa viagem terrestre, entre outros aspectos. Tentarei compreender, do ponto de vista daqueles que a vivenciam, uma das ações mais importantes da atual política cultural moçambicana: a realização de festivais nacionais.